



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638263 - MG (2021/0000484-9)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : MARCO AURELIO RODRIGUES DA CRUZ  
**ADVOGADO** : MARCO AURELIO RODRIGUES DA CRUZ - MG163817  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ALESSANDRO ROBERTO PEREIRA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : MARCO AURELIO OLIVEIRA ABREU  
**CORRÉU** : GUILHERME RODRIGUES DE SOUSA  
**CORRÉU** : RICHARD MICHAEL OLIVEIRA FILGUEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALESSANDRO ROBERTO PEREIRA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.604200-4/0000).

O paciente foi preso preventivamente e foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e § 1º, inciso I, e 35 da Lei n. 11.343/2006 e 180 do Código Penal.

O impetrante requer a concessão de prisão domiciliar uma vez que faz parte do grupo de risco da covid-19 por ser portador de doença grave.

Sustenta, ainda, que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva nos arts. 312 e 313 do CPP, devendo haver a sua revogação ou sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar ou a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, em relação à Recomendação CNJ n. 62/2020, a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

Na espécie, não consta dos autos laudo médico que ateste o atual estado de saúde do paciente, nem se comprova que estão presentes os demais requisitos exigidos na jurisprudência do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente